

## ATA NÚMERO 181/XIII (4.ª)

M

Aos três dias do mês de julho de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 2 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### I PARTE

Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, da Senhora Ministra da Cultura sobre a situação dos trabalhadores do OPART – Organismo de Criação Artística, EPE.

### II PARTE

1. Informações.
2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 11, 18 e 26 de junho de 2019.
3. Fixação da redação final do texto de substituição dos projetos de lei n.ºs 165/XIII (1.ª) (PS), 483/XIII (2.ª) (PSD), 488/XIII (2.ª) (BE) e 492/XIII (2.ª) (PCP) e à proposta de lei n.º 133/XIII (3.ª) (GOV) – Altera o regime jurídico do associativismo jovem.
4. Discussão do [projeto de resolução n.º 588/XIII \(2.ª\) \(PSD\)](#) - Inclusão da RTP-Madeira e da RTP-Açores na grelha nacional da Televisão Digital Terrestre (TDT)
5. Discussão do [projeto de resolução n.º 837/XIII \(2.ª\) \(PSD\)](#) — Recomenda ao Governo a realização de ações de proteção, valorização, divulgação e promoção do Caminho (“Central”) Português de Santiago.
6. Discussão do [projeto de resolução n.º 1654 | XIII \(3.ª\) \(PSD\)](#) - Pela revitalização das azenhas da Agualva

7. Votação na especialidade do [projeto de lei n.º 1020/XIII \(4.ª\)](#) (BE) - Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.

8. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 620/XIII \(4.ª\)](#) — Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa do Miradouro da Senhora do Monte:

Deputada Relatora: Maria Augusta Santos (PS)

9. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018:

- [Projeto de resolução n.º 2134/XIII \(4.ª\)](#) (BE) — Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto ;
- [Projeto de resolução n.º 2137/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, implementar o "Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto"

10. Fixação da redação final do [projeto de resolução n.º 1631/XIII \(4.ª\)](#) (PSD) — «Recomenda a implementação e a concretização urgente de uma renovação tecnológica no Centro Regional da RTP- Madeira»

11. Fixação da redação final do [projeto de resolução n.º 2048/XIII \(4.ª\)](#) (PSD) — Proteção das atividades desenvolvidas pelas federações desportivas»

12. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 915/XIII \(3.ª\)](#) (Os Verdes) - Impede o financiamento público aos espetáculos tauromáquicos

Relator: Deputado Pedro Delgado Alves

13. Validação das votações indiciárias da [proposta de lei n.º 153/XIII \(4.ª\)](#) (GOV) - Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e das propostas de alteração realizadas pelo Grupo Trabalho Desporto

14. Outros assuntos.

---

I PARTE

**Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, da Senhora Ministra da Cultura sobre a situação dos trabalhadores do OPART – Organismo de Criação Artística, EPE**

Dando início à reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu a palavra ao Grupo Parlamentar proponente do requerimento para fazer a sua intervenção inicial.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por afirmar que o requerimento do Grupo Parlamentar do PCP debruça-se sobre a situação em que se encontra o OPART, que engloba o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado, registando não ser esta uma situação nova, que tenha surgido repentinamente. Ao longo de diversas audições regimentais o Grupo Parlamentar do PCP questionou a Senhora Ministra da Cultura sobre esta matéria, designadamente naquilo que diz respeito à harmonização salarial dos seus trabalhadores.

Depois de um artigo da opinião da Senhora Ministra da Cultura e de um comunicado do Governo, que considera absolutamente demolidores pois recorrem a uma estratégia de chantagem e de ameaça inadmissíveis, com o retrocesso de direitos, designadamente ao nível do horário de trabalho, o que não é minimamente aceitável, é curioso observar que a Senhora Ministra agora fala de aumentos salariais quando é sabido que a reivindicação feita se refere à harmonização salarial em relação ao valor do trabalho por hora. Porque é que o Ministério da Cultura continua a insistir que se trata de aumentos salariais??? Porque é que se levanta agora a questão das 35 horas e das 40 horas quando desde setembro de 2017 o Governo conhece bem esses horários de trabalho? Porque é que só depois de os trabalhadores terem dito que as greves se manteriam é que a decisão do anterior conselho de administração foi considerada ilegal? Porque é que foi necessária uma greve para anunciar a possibilidade da sala de orquestra sofrer obras com um valor de 3 milhões de euros? O que é que falta para avançarem as obras financiadas pela Fundação Mipuri à fachada do Teatro de São Carlos? Como é possível nada ser feito em relação às

condições deploráveis do Teatro Camões, onde caiu a pala, há infiltrações e caem ratos para a plateia? Que medidas vão ser tomadas para resolver estes problemas?

Por último, registou também o facto do onselho de administração do OPART não ter sido reconduzido e de o despacho do então Presidente Carlos Vargas ter sido considerado ilegal. Existe um documento que aborda toda a situação relativa aos ajustamentos salariais necessários e ao estabelecimento da igualdade de tratamento do pessoal técnico do OPART, em que se refere especificamente que a questão que tem a ver com o novo regulamento interno e com a harmonização salarial, que foi remetido à tutela em novembro de 2018, tendo merecido da Senhora Ministra da Cultura um despacho de concordância em março de 2019, exactamente no mesmo dia da marcação da greve dos técnicos do Teatro Nacional de São Carlos.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) começou por lamentar que nestes últimos tempos a Companhia Nacional de Bailado e o Teatro Nacional de São Carlos estejam, por exclusiva responsabilidade da Senhora Ministra da Cultura, a ser vítimas de um processo que põe em causa a sua missão artística, a sua imagem pública e o seu prestígio. A capacidade de diálogo do Ministério da Cultura é apenas mais um triste exemplo deste processo. Lamentou também que os seus trabalhadores estejam a ser minorizados na praça pública, nomeadamente com comunicados do Governo, numa postura de intransigência e de comportamentos erráticos.

Perguntou se era ou não verdade que a Senhora Ministra da Cultura começou por concordar com a harmonização salarial proposta pelo Conselho de Administração e que só quando o processo de harmonização salarial não mereceu as boas graças do Ministério das Finanças é que essa deixou de ser uma opção do Ministério da Cultura.

Quanto àquilo que a Senhora Ministra disse que em 2017 o ex-Conselho de Administração tomou uma decisão ilegal, perguntou se isso na altura não incomodou a tutela. Tomando decisões ilegais, ninguém é demitido e o Governo não reage? Ao contrário daquilo que tem vindo a ser referido, a Senhora Ministra concordou com aquilo que estava a ser negociado, ou seja, que a resolução desse referendo devia ser resolvida através de uma harmonização salarial. Daí se concluiu que a recente opção de mexer no regime das 35 horas passando para as 40 é voltar atrás no que estava acordado.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) afirmou que o Governo quer resolver os problemas não de uma forma conjuntural, como foi feito até agora, mas, sim, estrutural. Relembrou também que no decorrer desta Legislatura o Governo tem-se debruçado seriamente sobre este problema, não deixando também de fazer os necessários investimentos orçamentais.

Por fim, perguntou se a elaboração de um regulamento interno, fundamento e essência de alguns problemas estruturais existentes, já estava a ser trabalhada.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu-se ao comunicado de 21 de dezembro do ex-Presidente do Conselho de Administração do OPART, Carlos Vargas, sobre os ajustamentos salariais necessários ao restabelecimento da igualdade de tratamento do pessoal técnico do OPART, onde é também mencionada a questão das desigualdades salariais existentes desde 2010 e a harmonização das condições de trabalho, questão que considera muito relevante e que abrange não só os horários de trabalho mas também todas as condições de trabalho. Disse também não se compreender como é que durante dois anos o Governo não se preocupou com a «ilegalidade» do despacho, só o tendo feito quando aquando do conflito laboral e das consequentes greves. Por fim, disse não se compreender o volte-face do Ministério da Cultura com a nomeação de André Caldas para a presidência do OPART, na medida em que a harmonização salarial proposta teve a concordância da Senhora Ministra, só a rejeitando porque o Ministério das Finanças não concordou.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) fez de novo referência ao despacho de 20 de março deste ano em que a Ministra, concordando com o solicitado, reencaminha para a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público e para o Secretário de Estado do Tesouro um ofício com a data de 15 de novembro de 2018 do então Presidente do Opart, em que este expõe a urgência de proceder a ajustamentos salariais capazes de repor a igualdade de tratamento entre os técnicos do São Carlos e da CNB. E, mais uma vez, reiterou a estranheza de ver uma administração substituída devido a uma alegada «ilegalidade» de que o Governo tinha conhecimento há anos. Como aceitar agora a nomeação para presidente do Opart de um dos responsáveis por todo este processo, perguntou.

A Senhora Ministra da Cultura respondeu no final de cada intervenção às questões colocadas, tendo afirmado que em 2017 o Conselho de Administração do OPART aprovou uma deliberação sem fundamento legal que criou uma desarmonização salarial entre alguns trabalhadores. Até setembro de 2017 o OPART teve trabalhadores com 35 horas semanais e outros com 40 horas semanais, com salários diferentes. Recordou também que cada trabalhador recebia um valor base de 8,41 euros por hora, sendo que a partir de 2017 esse valor subiu para 9,61 euros para os trabalhadores da CNB, que viram o horário reduzido para 35 horas, com remuneração de 40 horas.

Em 2017 o Conselho de Administração aprovou uma deliberação introduzindo o regime das 35 horas para todos os trabalhadores, não tendo alterado os salários, o que significa que os trabalhadores com 40 horas semanais passaram a trabalhar 35 horas mantendo o salário de 40, tendo uma valorização salarial equivalente a mais de 10% face aos restantes trabalhadores do OPART. Considera que esta deliberação é não só ilegal mas também inconstitucional e que existe no OPART uma desorganização estrutural e fundacional, registando-se uma profunda desarticulação nas estruturas artísticas tuteladas por esta entidade.

A este propósito, lembrou que o sindicato destes trabalhadores exige agora um acerto do valor do trabalho por hora para que os trabalhadores do TNSC não sejam prejudicados e recebam o mesmo que os da CNB, o que o Governo não aceita por considerar que representa um aumento salarial superior a 10% para alguns trabalhadores. Para além disso, a proposta do CENA-STE apenas respeita aos aumentos salariais de 15 dos 364 trabalhadores.

Referiu também que as propostas apresentadas pelo Governo ao Sindicato dos Trabalhadores dos Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos para resolver a desarmonização salarial foram estas:

- Os trabalhadores aos quais foi reduzido o horário de trabalho para 35 horas semanais voltariam a trabalhar 40 horas semanais;
- Os trabalhadores aos quais foi reduzido o horário de trabalho para 35 horas semanais manteriam as 35 horas, com a respetiva redução salarial;
- Os trabalhadores aos quais foi reduzido o horário de trabalho para 35 horas semanais voltariam às 35 horas com as restantes cinco em banco de horas.

Todas estas propostas foram refutadas pelo sindicato, apesar de todas elas garantirem salário igual para trabalho igual.

Para o Governo o problema do OPART não se resolve com 50 mil euros. Os ajustamentos salariais devem ser feitos no quadro de um novo regulamento interno, onde deve estar previsto um banco de horas – que existe noutras estruturas – e tabelas salariais que possam resolver a questão do desajustamento salarial de uma forma estruturada e para o futuro.

Em relação ao novo conselho de administração, que será presidido por André Caldas, até aqui chefe de gabinete do Ministro das Finanças Mário Centeno, e que terá como vogais a atual diretora-adjunta do Conservatório Nacional Anne Victorino d'Almeida e Alexandre Miguel Santos, até aqui vogal da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, disse que terá as competências necessárias para proceder à reorganização desta estrutura, negociando um novo regulamento interno das estruturas artísticas e tabelas salariais.

Terminou afirmando que o OPART está desorganizado desde a sua origem, não havendo uma única carreira técnica estruturada, existindo 80 funções identificadas sem que exista sequer um instrumento que permita aos trabalhadores saberem com alguma previsibilidade e segurança como podem evoluir na carreira. Para além das obras no São Carlos com uma dotação de três milhões de euros, a prioridade do Governo vai para a criação de um regulamento interno e de tabelas salariais claras, para em seguida se trabalhar no reposicionamento artístico do São Carlos (coro e orquestra) e da CNB, com mais descentralização e serviços educativos a funcionar em pleno.

Na 2.ª ronda usaram da palavra os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Carla Sousa (PS), Luis Monteiro (BE) e Ana Mesquita (PCP), tendo a Senhora Ministra da Cultura respondido no final às questões colocadas.

## II PARTE

### 1. Informações:

Dando início à reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu conta da baixa à Comissão do [projeto de resolução n.º](#)

[2205/XIII \(4.ª\) \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto Orquestra Geração —, tendo o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) informado que a sua discussão seria feita em Comissão.

Informou também da baixa à Comissão do [projeto de resolução n.º 2210/XIII \(4.ª\) \(CDS-PP\)](#) — Recomenda ao Governo que mantenha os apoios aos clubes que participam em provas nacionais e que se tenham que deslocar de ou para as regiões autónomas —, tendo o Grupo Parlamentar do CDS-PP transmitido que a discussão desta iniciativa seria feita em Comissão — e do [projeto de resolução n.º 2217/XIII \(4.ª\) \(PS\)](#) — Recomenda ao Governo que de forma célere proceda à decisão de classificação do edifício da antiga Fábrica de Saboaria e Perfumaria Confiança —, tendo a Senhora Deputada Carla Sousa (PS) informado que a discussão desta iniciativa seria também feita em Comissão.

Por último, deu conta da baixa do [projeto de lei n.º 1236/XIII \(4.ª\)](#) (Iniciativa legislativa de cidadãos) – Termina com a atribuição de apoios financeiros por parte de entidades públicas para a realização de atividades tauromáquicas —, tendo o Grupo Parlamentar do BE designado como relator o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE).

De seguida, a Senhora Presidente transmitiu à Comissão que a Divisão de Relações Internacionais e Cooperação da Assembleia da República tinha sido contactada pela Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Portugal informando que vai estar de visita a Portugal uma delegação de Deputados da Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania de Timor-Leste, entre os dias 15 e 19 de julho do corrente ano. Neste sentido, a Embaixada solicita o agendamento de uma reunião com a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, em conjunto com a Comissão e Educação e Ciência, propondo, se possível, o dia 16 de julho, às 14 horas.

Após uma breve discussão sobre este ponto, a Comissão deliberou dar o seu assentimento à data e hora propostas.

No âmbito da última parte do primeiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu conta do pedido de audiência da Associação Alter, solicitando a defesa do edifício da Panificadora de Vila Real conhecido como "Panreal", obra do artista transmontano Nadir Afonso, tendo ficado consensualizado receber esta Associação no dia 17 de julho, às 15 horas.



## **2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 11, 18 e 26 de junho de 2019**

As atas foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

## **3. Fixação da redação final do texto de substituição dos projetos de lei n.ºs 165/XIII (1.ª) (PS), 483/XIII (2.ª) (PSD), 488/XIII (2.ª) (BE) e 492/XIII (2.ª) (PCP) e à proposta de lei n.º 133/XIII (3.ª) (GOV) – Altera o regime jurídico do associativismo jovem**

A redação final foi fixada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

## **4. Discussão do [projeto de resolução n.º 588/XIII \(2.ª\) \(PSD\)](#) - Inclusão da RTP-Madeira e da RTP-Açores na grelha nacional da Televisão Digital Terrestre (TDT)**

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) iniciou a sua intervenção sublinhando que a RTP Madeira e a RTP Açores são canais de televisão com características regionais, assumindo a responsabilidade pela emissão e pela prestação do serviço público de televisão nas duas regiões.

Frisou igualmente que os dois canais têm uma importância fundamental na concretização do princípio constitucional da continuidade territorial e cumprem uma relevante função de serviço público regional.

Sendo que apenas são transmitidos em sinal aberto na Televisão Digital Terrestre (TDT) a RTP1, RTP2, RTP3, RTP Memória, SIC, TVI e o Canal Parlamento, torna-se fundamental incluí-los no alargamento da oferta de serviços de programas na TDT para que a RTP Madeira e a RTP Açores passem a ser canais de acesso gratuito e universal independentemente da zona geográfica do País.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) sublinhou a importância de todos os canais estarem disponíveis no serviço público de televisão. Disse também que o Grupo Parlamentar do PCP, desde o primeiro momento da transição para a TDT, sempre defendeu que deviam ser criadas as

devidas condições para que a TDT tivesse todos os canais de serviço público de televisão disponíveis na sua emissão.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) manifestou igualmente o apoio do seu Grupo Parlamentar à iniciativa apresentada, reiterando a necessidade de garantir a máxima abrangência possível do serviço público de televisão.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) lembrou que o Ministério da Cultura lançará em breve um concurso para dois canais privados, o que tem de ser tomado em linha de conta.

**5. Discussão do [projeto de resolução n.º 837/XIII \(2.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a realização de ações de proteção, valorização, divulgação e promoção do Caminho («Central») Português de Santiago**

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) sublinhou que o Caminho Português de Santiago é o segundo mais percorrido para chegar a Santiago de Compostela, recordando que em 2018 chegaram a esta cidade mais de 81 000 peregrinos que iniciaram o seu trajeto em Portugal e que o número de peregrinos a percorrer este caminho tem vindo a aumentar de forma significativa, sendo por todos reconhecido como uma mais-valia humana, cultural, turística e económica para o País, tornando-se, assim, necessário apostar nesse potencial de desenvolvimento, reforçar a sua preservação e incrementar ações de conservação.

Atendendo ao número de peregrinos que se desloca a Santiago de Compostela, torna-se imperioso requalificar e dinamizar esta rota portuguesa, que é, sem dúvida, uma marca distintiva e um importante fator de atratividade do território ao gerar não apenas um encontro espiritual, mas também ao proporcionar aos peregrinos uma experiência turística em todo o seu percurso.

Registou também que a via principal do Caminho Português de Santiago, percorrida pela grande maioria dos peregrinos, tem sido desvirtuada pela falta de investimento relevante. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD vem recomendar ao Governo a realização de ações de proteção, valorização, divulgação e promoção deste Caminho enquanto via estruturante e principal do Caminho Português de Santiago, assim como a adoção de medidas para a melhoria das infraestruturas associadas, nomeadamente das condições de segurança nos reduzidos traçados

coincidentes com vias rodoviárias; a limpeza e manutenção periódica dos caminhos; o apoio às associações e/ou entidades jacobinas; a difusão nacional e internacional de informação atual e credível sobre os itinerários e pontos de apoio e a promoção da ratificação municipal de itinerários.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) lembrou que ainda recentemente o Governo aprovou um diploma para a certificação e valorização dos Caminhos de Santiago, criando, assim, as condições para o reconhecimento internacional e integração do caminho português no conjunto de caminhos oficiais de Santiago e para a sua promoção internacional.

Disse também que o Caminho Português de Santiago faz parte do património cultural europeu, representando também um encontro de culturas e daí a necessidade de estruturar os caminhos existentes e marcar novos itinerários, potenciando o desenvolvimento e a coesão territorial e proporcionando aos peregrinos boas condições.

#### **6. Discussão do [projeto de resolução n.º 1654 | XIII \(3.ª\) \(PSD\)](#) - Pela revitalização das azenhas da Agualva**

O Senhor Deputado António Ventura (PSD) iniciou a sua intervenção afirmando que Agualva deve o seu nome às águas ribeiras, sendo a Ribeira da Agualva a principal. A dimensão histórica, patrimonial e cultural desta freguesia e a funcionalidade das suas azenhas deve merecer uma atenção especial quer do Governo da República quer do Governo Regional, numa articulação necessária e fundamental para que possa haver uma prioridade em relação ao próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Reportou-se também aos múltiplos fatores que têm concorrido para o abandono e a acelerada degradação de todo património existente nesta região e que urge recuperar, na medida em que a defesa e valorização deste espólio é uma exigência e uma responsabilidade do ponto de vista histórico e patrimonial, sendo que essa requalificação tem de ser feita com uma certa urgência na medida em que resta apenas um moinho apetrechado com as estruturas necessárias, registando-se também uma progressiva destruição dos regos que transportavam a água desde os *pulos* da ribeira até às rodas dos moinhos e uma destruição das suas condições naturais (leito da ribeira; disponibilidade de água), meios físicos (regos, moinhos e engrenagens que os fazem funcionar) e

humanos (conhecimento e capacidade de reestruturação de mecanismos e da própria atividade da moagem);

Concluiu a sua intervenção sublinhando que o objetivo da iniciativa em apreço é o de recomendar ao Governo que considere, em devida articulação com o Governo Regional dos Açores, e no âmbito do próximo Quadro Plurianual de Investimento, como prioritária a revitalização das azenhas da Agualva.

A Senhora Deputada Lara Martinho (PCP) lembrou que a competência para a salvaguarda do património cultural e ambiental situado na Região Autónoma dos Açores é do Governo Regional e só a ele cabe a definição das políticas ligadas ao turismo e aos respetivos investimentos. Em relação aos moinhos de água, recordou que há já um grande número classificado como de interesse municipal e que no âmbito do PRORURAL existem já mecanismos que permitem recuperar as azenhas existentes, não havendo registo de projetos que não tenham sido apoiados

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) manifestou ser positivo que o Parlamento manifeste a sua preocupação com aquilo que é o património cultural edificado em todo o País. Disse também que a especificidade desta situação é relevante e não choca que o Governo da República se possa disponibilizar para apoiar o Governo Regional naquilo que ele entender levar a cabo em relação a esta situação.

#### **7. Votação na especialidade do [projeto de lei n.º 1020/XIII \(4.ª\)](#) (BE) - Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses**

Este ponto foi adiado para a reunião do dia 16 de junho.

#### **8. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 620/XIII \(4.ª\)](#) — Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa do Miradouro da Senhora do Monte**

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) fez a apresentação do relatório final, que, uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

**9. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018:**

- [Projeto de resolução n.º 2134/XIII \(4.ª\) \(BE\)](#) — Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto ;
- [Projeto de resolução n.º 2137/XIII \(4.ª\) \(PCP\)](#) — Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, implementar o "Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto"

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, este ponto foi adiado para uma próxima reunião da Comissão.

**10. Fixação da redação final do [projeto de resolução n.º 1631/XIII \(4.ª\) \(PSD\)](#) — Recomenda a implementação e a concretização urgente de uma renovação tecnológica no Centro Regional da RTP- Madeira**

A redação final foi fixada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e PCP.

**11. Fixação da redação final do [projeto de resolução n.º 2048/XIII \(4.ª\) \(PSD\)](#) — Proteção das atividades desenvolvidas pelas federações desportivas**

A redação final foi fixada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e PCP .

**12. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 915/XIII \(3.ª\) \(Os Verdes\)](#) - Impede o financiamento público aos espetáculos tauromáquicos**

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) fez a apresentação do parecer, que, uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e PCP.

**13. Validação das votações indiciárias da [proposta de lei n.º 153/XIII \(4.ª\) \(GOV\)](#) - Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e das propostas de alteração realizadas pelo Grupo Trabalho Desporto**

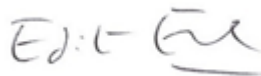
Este ponto foi adiado para a reunião do dia seguinte.

**14. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

Palácio de São Bento, 3 de julho de 2019

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(EDITE ESTRELA)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo parlamentar do CDS-PP, na reunião de 17 de julho de 2019

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso  
Carla Sousa  
Diana Ferreira  
Edite Estrela  
Helga Correia  
Joel Sá  
José Carlos Barros  
José Magalhães  
Liliana Silva  
Luís Monteiro  
Maria Conceição Loureiro  
Pedro do Ó Ramos  
Sara Madruga da Costa  
Ana Mesquita  
Maria Augusta Santos  
Paula Santos  
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Cristina Jesus  
Diogo Leão  
Hugo Carvalho  
Ivan Gonçalves  
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida  
Margarida Balseiro Lopes  
Susana Lamas